

Espaço e espacialidade na produção escrita escolar: a reflexão linguístico-discursiva no ensino da escrita

Manoel Luiz Gonçalves Corrêa*

Resumo

Este trabalho investiga a produção do espaço (aspecto pragmático-enunciativo) e das espacialidades (aspecto histórico-discursivo) num conjunto de textos de pré-universitários em situação de avaliação (exame vestibular). Partindo dos resultados obtidos no estudo da construção do tempo e da(s) temporalidade(s) nesse mesmo conjunto de textos, são estudadas as referências espaciais marcadas por recursos linguísticos. Esses recursos linguísticos, apreendidos com base na organização do texto e considerados como produto do trabalho do escrevente com a linguagem, vêm delimitados, de modo voluntário ou involuntário, em certos fragmentos de texto. A noção de texto que sustenta essa análise baseia-se na consideração de que o texto é um repositório de marcas históricas da relação sujeito/linguagem (por exemplo, aquelas relacionadas às práticas letradas e orais), que, da perspectiva discursiva, podem ser registradas ou pela presença efetiva ou por omissões e ausências significativas. Na análise, de cunho qualitativo, são consideradas as noções de *letramento acadêmico* (LEA; STREET, 2006), de *aspectos ocultos do letramento* (STREET, 2009) e de *presumido social* (VOLOSHINOV/BAKHTIN, 1926: s/d) como modos de associar a perspectiva etnográfica à perspectiva discursiva. O objetivo é que os resultados contribuam para a reinterpretação das práticas de escrita enfatizadas na escola de modo a, também, contribuir para a reflexão linguístico-discursiva no ensino da escrita nos vários níveis de ensino.

Palavras-chave: Espaço. Espacialidade. Escrita. Pré-universitários. Ensino.

Introdução

Em trabalhos anteriores (CORRÊA, 2008, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2011), tratei do funcionamento das marcas temporais na organização de textos

* Universidade de São Paulo/Pesquisador CNPq.

de pré-universitários produzidos em situação de vestibular para o ingresso na Universidade de São Paulo. Destaquei, na investigação desses textos, uma organização textual recorrente que obedece à sequência cronológica linear de fatos históricos, num movimento que parte de um passado remoto para chegar ao tempo presente. Na associação entre organização temporal e desenvolvimento temático, a sequência cronológica linear, que é um modo de desenvolvimento temático, pode ter, porém, um efeito surpreendente. Ao proporem, no plano textual, o encadeamento temático por meio da disposição linear (em ordem cronológica ou muito próxima a ela) de apresentação dos acontecimentos, os escreventes evidenciam a tentativa de tratar o tema de uma perspectiva histórica. No entanto, o efeito produzido nos textos escritos por eles é de desistoricização dos acontecimentos, ficando para leitor a tarefa de reconstruir as determinações históricas que, a cada nova época, essas datações sugeririam, supostamente, de modo unívoco.

Neste trabalho, volto novamente minha atenção à organização do texto por meio das referências temporais para, desta vez, observar esse efeito de desistoricização da perspectiva das relações entre o(s) espaço(s) e as temporalidades. Para investigar essas relações inscritas no encadeamento temático proposto pelos escreventes, baseio-me em Foucault (1967-2005)¹ e, em particular, na íntima relação por ele proposta entre *heterotopia* e *heterocronia*, conceitos que serão abordados mais adiante.

O texto está organizado da seguinte maneira: num primeiro momento, abordo os fundamentos teóricos que me levam a tratar da noção de espaço dos pontos de vista pragmático-enunciativo e histórico-discursivo. Para tanto, recorro à noção de tempo tal como proposta por Benveniste (1989) para, articulando-a com a noção de espaço, buscar uma definição do espaço do ponto de vista pragmático-enunciativo. Num passo teórico seguinte, busco associar o caráter histórico-discursivo da noção de temporalidade com o fato de que o espaço é produto de determinações socioculturais e históricas, dimensões nas quais se pode observar a relação entre *heterotopia* e *heterocronia*. Da complexa relação entre as construções do espaço e do tempo no texto, busco mostrar como certo tipo de referência a fatos históricos pode ter o efeito paradoxal de desistoricizá-los. Exemplifico, em primeiro lugar, a relação entre heterotopia e heterocronia por meio de um exemplo trazido por um texto jornalístico. Defino, em seguida, temporalidade/espacialidade da perspectiva histórico-discursiva para, por fim, mostrar como essa definição contribui para a compreensão da organização de textos de pré-universitários, produzidos em situação de avaliação.

1 - As várias citações dessa obra são todas da mesma edição, razão pela qual doravante indicarei apenas as páginas.

Fundamentos teóricos

Minha indagação teórica inicial é: haveria para a noção de espaço uma divisão semelhante àquela proposta por Benveniste, em seu texto *A linguagem e a experiência humana*? Não é difícil imaginar, ao lado da dimensão física do tempo, uma noção correspondente de espaço; menos óbvia, mas seguramente existente, é, porém, a relação entre tempo crônico e o que se poderia imaginar como espaço social. Por fim, não seria de todo estranho imaginar um paralelo entre tempo e espaço lingüísticos. No entanto, cada uma dessas aproximações necessitaria de um trabalho de fundamentação, cujo problema central seria o de estabelecer, justamente, o limite dessas aproximações. Como se sabe, na Física, nas Ciências Sociais e nas Ciências da Linguagem, esse limite é muito difícil de traçar. O que faço a seguir é uma breve e desprezível tentativa de estabelecimento de paralelismo entre a experiência do tempo e a experiência do espaço pela linguagem.

Inicialmente, gostaria de chamar a atenção para o caráter pragmático-enunciativo dado ao sujeito, ao tempo e ao espaço por Benveniste (1989). Segundo o autor, a relação eu-tu/aquí/agora, ao lado da emergência do sujeito, é a propulsora da referência e da temporalidade/espacialidade. Ao produzir a referência, a relação intersubjetiva dá ao sentido, portanto, o estatuto de um efeito produzido pela ação do(s) sujeito(s) sobre *signos vazios* situados na região do sistema linguístico chamada por Benveniste (1989) *aparelho formal da enunciação*. Em outras palavras, ao lado da relação intersubjetiva que o *aparelho formal* propicia, haveria a ação do sujeito sobre a língua cujo efeito é fazer corresponder a formas linguísticas vazias a referência à pessoa (relação eu-tu/você). Da emergência do sujeito resultaria, portanto, o estabelecimento de uma relação com o mundo – constrói-se a referência –, relação que seria impossível sem a emergência simultânea de um tempo e de um espaço. O tempo presente da instância de enunciação e o intervalo espacial aberto pelo encontro entre sujeitos seriam, pois, a cada vez, ressurgentes nas *instâncias de enunciação*. Essa construção pragmático-enunciativa do sujeito, do tempo e do espaço e, pode-se dizer, do sentido (pois a referência é uma dimensão de sentido que vai além do sistema linguístico) não está desligada, porém, de determinações histórico-discursivas – o que procuro desenvolver, a seguir, pela retomada da conferência “De outros espaços”, proferida por Foucault, em 1967, com tradução revista em 2005.

Nessa conferência, falando sobre a sociedade contemporânea, Foucault, de início, chama a atenção para o modo como o homem tem concebido sua experiência do mundo, associando-a mais a uma rede (relação entre pontos no espaço) do

que a uma linha (do tempo): “a nossa experiência do mundo se assemelha mais a uma rede que vai ligando pontos e se intersecta com a sua própria meada do que propriamente a uma vivência que se vai enriquecendo com o tempo” (FOUCAULT, 1967-2005, p. 1).

Da disposição hierarquizada do espaço, ou seja, do espaço como disposição, fixidez, da Idade Média, passou-se, segundo Foucault, ao espaço como extensão, infinitamente aberto, concepção por meio da qual Galileu defendia que “o lugar de uma coisa não passava afinal de apenas um ponto de seu movimento, assim como a estabilidade dessa coisa não passava afinal da infinita desaceleração do seu movimento” (p. 2).

A essas mudanças de perspectiva, Foucault acrescenta a perspectiva contemporânea, cuja concepção de espaço se orienta para o sítio:² “Hoje o sítio substitui a extensão que, por sua vez, tinha substituído a disposição. O sítio define-se por relações de proximidade entre certos pontos e elementos; poderemos descrever formalmente essas relações como séries ou grelhas” (p. 2-3).

Afirma, então, que o antigo problema da disposição das coisas surge para a Humanidade *sob a forma da demografia*, mas definida para determinadas finalidades, pois interessam ao homem as suas potenciais relações de vizinhança, importando-lhe

saber que relações de propinquidade, que tipos de armazenamento, circulação, marcação e classificação de elementos humanos devem ser adoptadas em determinadas situações para atingir determinados fins. A nossa época é tal que os sítios se tornam, para nós, uma forma de relação entre vários sítios (p. 3).

Numa primeira menção mais direta à relação entre tempo e espaço, Foucault continua:

Em todos os casos, acredito que a ansiedade da nossa época tem a ver fundamentalmente com o espaço, muito mais do que com o tempo. O tempo aparece-nos como apenas uma das várias operações distributivas que são possíveis entre os elementos que estão espalhados pelo espaço. (p. 3).

2 - O dicionário eletrônico *Houaiss* traz a seguinte explicação etimológica para a palavra sítio: “orig. contrv. ou mesmo obsc.; embora admita ser incerta a orig. do cast. *sítio* (1250 sob a f. *síto*, 1331 sob a f. *sítio*) 'sítio, lugar, espaço, cerco, assédio', Corominas aproxima o voc. do port. *sítio*, que antigamente tinha somente o sentido de 'colocação e situação de uma coisa', sugerindo como étimo uma alt. semiculta do lat. *situs*, us 'posição, situação, assento' e atribuindo a term. -io à infl. de *asedio* 'assédio' < lat. *obsidio*, *ónis* 'ação de sitiá, cerco' ou à do v. *sitiar*, que tb. significou 'sentar' (em cat. e occ.), e se explica como adp. occitânica do b.-lat. *situare* 'sitiar'; f. hist. sXV *sityo*.”

Lembra-nos, então, da dessacralização do tempo em oposição à manutenção da sacralização do espaço:

apesar de toda a técnica desenvolvida de apropriação do espaço, apesar de toda uma rede de relações entre saberes que nos ajuda a delimitá-lo ou formalizá-lo, o espaço contemporâneo não foi ainda totalmente dessacralizado (pelo que parece, uma atitude aparentemente diferente da que foi tomada perante o tempo, arrancado da esfera do sagrado no século dezanove). A nossa vida ainda se rege por certas dicotomias inultrapassáveis, invioláveis, dicotomias as quais as nossas instituições ainda não tiveram coragem de dissipar. Estas dicotomias são oposições que tomamos como dadas à partida: por exemplo, entre espaço público e espaço privado, entre espaço familiar e espaço social, entre espaço cultural e espaço útil, entre espaço de lazer e espaço de trabalho. Todas estas oposições se mantêm devido à presença oculta do sagrado (p. 3).

E arremata, citando Bachelard: “não habitamos um espaço homogêneo e vazio mas, bem pelo contrário, um espaço que está totalmente imerso em quantidades e é ao mesmo tempo fantasmático” (p. 7).

Concluindo essa primeira aproximação ao conceito de espaço, Foucault opõe “espaço interno” a “*espaço externo*” (p. 4). Por um lado, a percepção primária do espaço se ater a um espaço interno e lidaria com qualidades que lhe são intrínsecas apenas à primeira vista. Segundo o autor, é o caso das classificações de um “espaço luminoso, etéreo e transparente”, ou de um “espaço tenebroso, imperfeito, do cima, dos píncaros”, ou ainda, “*espaço do baixo, da lama*”, como também “espaço flutuante, ou fixo como uma pedra, congelado como cristal” (p. 4). Observe-se que, essa “percepção primária do espaço” (p. 4) pode ser pensada em correspondência com as versões subjetivas do “tempo físico” e do “tempo crônico”, propostas por Benveniste (1989, p. 68-80).

A essa percepção subjetiva do espaço, que se atém a um espaço interno, opõe-se, por outro lado, a do espaço externo, aquele “que nos leva para fora de nós mesmos” (p. 4):

O espaço no qual vivemos, que nos leva para fora de nós mesmos, no qual a erosão das nossas vidas, do nosso tempo e da nossa história se processa num contínuo, o espaço que nos mói, é também, em si próprio, um espaço heterogêneo. Por outras palavras, não vivemos numa espécie de vácuo, no qual se colocam indivíduos e coisas, num vácuo que pode ser preenchido por vários tons de luz. Vivemos, sim, numa série de relações que delineiam sítios decididamente irredutíveis uns aos outros e que não se podem sobre-impôr (p. 4).

Nesse ponto, Foucault alerta para a possibilidade de descrição dos espaços externos pela série de relações que definem cada sítio (por exemplo, a série de relações que definem os sítios de transporte, a rede de relações dos sítios de relaxamento temporários – cafés, cinemas, praias – ou o conjunto de relações dos sítios fechados ou semifechados de descanso – a casa, o quarto, a cama).

Para a aproximação que pretendo propor neste trabalho, esse é o tratamento do espaço que marca uma homologia de função ao que Benveniste (1989) concebe como “tempo crônico” (BENVENISTE, 1989, p. 68-80). Ele estabelece centros e periferias, permite ordenar direções e movimentos, organiza o dia a dia, abre-se ao cálculo de distâncias, etc.

No entanto, Foucault prefere tratar de outro tipo de espaço, o qual interpreto como sendo aquele que, pertencendo ao plano das práticas sociais, estaria atravessado pelo discurso. Como se sabe, não é preocupação do autor o funcionamento da língua. Sempre que a linguagem é referida, é preferencialmente do discurso que ele trata. De minha parte, gostaria de aproximar esse tipo de classificação do espaço como irremediavelmente afetado pela linguagem, onde teria emergência não só a categoria pragmático-enunciativa de espaço, mas também a espacialidade histórico-discursivamente constituída. São, segundo Foucault, espaços que se relacionam com todos os outros sítios, neutralizando a rede de relações tais como designadas. A esses espaços que neutralizam e invertem relações previstas, Foucault associa: a utopia, por um lado, e a heterotopia, por outro.

Segundo o autor, “as utopias são sítios sem lugar real”, sítios que têm “uma relação analógica directa ou invertida com o espaço real da Sociedade”, apresentando-a “numa forma aperfeiçoada, ou totalmente virada ao contrário”. Em síntese, as utopias “são espaços fundamentalmente irreais” (p. 5).

Por contraste às utopias, Foucault define as heterotopias. Trata-se, nesse caso, de “espaços reais” ou “utopias realizadas” (p. 5) que representam espaços fundantes de uma dada sociedade. Segundo o autor, (p. 5 e 6), há

em todas as civilizações, espaços reais – espaços que existem e que são formados na própria fundação da sociedade – que são algo como contra-sítios, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade.

Foucault exemplifica a relação entre as utopias e as heterotopias utilizando-se do exemplo do espelho, que pode ser visto como uma utopia na medida em que a

imagem refletida ocupa “um lugar sem lugar algum” (p. 6): “No espelho, vejo-me ali onde não estou, num espaço irreal, virtual, que está aberto do lado de lá da superfície; estou além, ali onde não estou, sou uma sombra que me dá visibilidade de mim mesmo, que me permite ver-me ali onde sou ausente” (p. 6). No entanto, da perspectiva do efeito que a imagem refletida produz, o espelho é uma heterotopia. Afinal, ele existe na realidade e “exerce um tipo de contra-acção à posição que eu ocupo” (p. 6):

Do sítio em que me encontro no espelho apercebo-me da ausência no sítio onde estou, uma vez que eu posso ver-me ali. A partir deste olhar dirigido a mim próprio, da base desse espaço virtual que se encontra do outro lado do espelho, eu volto a mim mesmo: dirijo o olhar a mim mesmo e começo a reconstituir-me a mim próprio ali onde estou. O espelho funciona como uma heterotopia neste momentum: transforma este lugar, o que ocupo no momento em que me vejo no espelho, num espaço a um só tempo absolutamente real, associado a todo o espaço que o circunda, e absolutamente irreal, uma vez que para nos apercebermos desse espaço real, tem de se atravessar esse ponto virtual que está do lado de lá (p. 6-7).

Há, pois, um funcionamento da heterotopia por meio do qual ela nos faz ver o lugar que, de fato, ocupamos, ao apontar para um espaço irreal, um ponto virtual que está em outra parte.

Pode-se, neste ponto de nossa reflexão, propor uma primeira aproximação da noção de heterotopia com a própria linguagem. O espelho “dá” a quem nele se mira a propriedade da reflexividade, analogamente ao que faz a linguagem em relação a si própria, pois, nas suas várias manifestações, ela sempre atualiza a função epilinguística. A linguagem, cuja propriedade fundamental, é referir (construir um lugar para os sujeitos e para o mundo) e autorreferir-se (regramaticalizar-se pela relação com os sujeitos e com o mundo) é, nesse sentido, uma heterotopia. Assim como no espelho, a linguagem está, ao mesmo tempo, fora de si, lá onde dá uma existência particular aos sujeitos e ao mundo, lugar a partir do qual se refaz a si própria como espaço que, então, se transforma. Nesse sentido, a linguagem é uma utopia realizada, espaço fundante de todas as sociedades, lugar da experiência do espaço. É a essa experiência fundadora que retornamos quando precisamos materializar visualmente uma ideia ou um conceito. Na ciência como na arte, o recurso ao visível ou ao imaginado é frequentemente buscado como forma de tornar palpável o ainda desconhecido. Na medida em que a “heterotopia consegue sobrepor, num só espaço real, vários espaços, vários sítios que por si só seriam incompatíveis” (p. 10), pode-se afirmar que a linguagem é a heterotopia fundante

do homem (“é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem” – BENVENISTE, 1976, p. 285) e da sociedade (o sentido nasce no intervalo entre subjetividade e alteridade).

Voltando à exposição de Foucault, o autor se pergunta como se poderia descrever as heterotopias e responde propondo uma descrição sistemática que tome como objeto o estudo “destes espaços diferentes, destes lugares-outros” (p. 7). Escolhe para essa descrição sistemática o título de “heterotopologia” na qualidade de “contestação”, simultaneamente mítica e real, “do espaço que vivemos” (p. 7). Expõe, em seguida, os cinco princípios dessa descrição:

1º) assume-se que todas as culturas no mundo criam as suas heterotopias, as quais, assumindo variadas formas, podem classificar-se em duas categorias: (a) “heterotopias de crise” (p. 7). Ex.: o colégio interno, o serviço militar, etc.; as quais têm sido substituídas pelas (b) *heterotopias de desvio* (p. 8). Ex.: casas de repouso, hospitais psiquiátricos, prisões, etc.

2º) assume-se que: “uma sociedade, à medida que a sua história se desenvolve, pode atribuir a uma heterotopia existente uma função diversa da original; cada heterotopia tem uma função determinada e precisa na sua sociedade, e essa mesma heterotopia pode, de acordo sincrónico com a cultura em que se insere, assumir uma outra função qualquer” (p. 8). Ex.: o autor cita o cemitério na cultura ocidental, lugar diverso dos demais espaços, mas relacionado com todos os outros: até o fim do século XVIII (maior crença na imortalidade da alma), no centro da cidade, ao lado da igreja; nas civilizações modernas, deslocou-se, durante o século XIX (menor crença na imortalidade da alma), aos subúrbios (cidade-outra).

3º) assume-se que: “A heterotopia consegue sobrepor, num só espaço real, vários espaços, vários sítios que por si só seriam incompatíveis.” Ex.: Foucault cita o teatro, o cinema, o jardim (no Oriente, um sítio contraditório, que assumia significados profundos e sobrepostos: na tradição persa, os seus “quatro cantos representam os quatro cantos do mundo, com um espaço supra-sagrado no centro, um umbigo do mundo (ocupado pela fonte de água)” (p. 10).

4º) assume-se que: “Na maior parte dos casos, as heterotopias estão ligadas a pequenos momentos, pequenas parcelas do tempo – estão intimamente ligadas àquilo que chamarei, a bem da simetria, heterocronias. [...] Assim, e ainda com o exemplo do cemitério, verificamos que esta é uma heterotopia particularmente significativa; repare-se: é uma heterotopia que para o indivíduo tem o seu início

na peculiar heterocronia que é a perda da vida, e na entrada dessa quasi-eternidade cujo permanente fado é a dissolução, o desaparecimento até” (p. 10-11).

5º) Por fim, no quinto princípio para a descrição sistemática das heterotopias, Foucault assume que: “As heterotopias pressupõem um sistema de abertura e encerramento que as torna tanto herméticas como penetráveis. Geralmente, uma heterotopia não é acessível tal qual um lugar público. A entrada pode ser ou compulsória, o que é exemplificável pelas prisões e casernas, ou através de um rol de rituais e purificações, em que o indivíduo tem de obter permissão e repetir certos gestos” (p. 12).

Dentre esses princípios, interessa-me, particularmente, o quarto, segundo o qual as “heterotopias” estão intimamente ligadas às “heterocronias” (p. 10). Inicialmente, como exemplos de “heterotopias acumulativas do tempo” (p. 11), Foucault cita os museus e as bibliotecas. Típicos da cultura ocidental do século XIX, ambos representam o “projeto de organizar uma espécie de acumulação perpétua e indefinida de tempo num lugar imóvel” (p. 11). Por contraste a essas heterotopias acumulativas, o autor acrescenta as “heterotopias que estão associadas ao tempo na sua vertente mais fugaz, transitória, passageira” (p. 11). São aquelas que assumem “o modo do festival” (p. 11), as quais, não sendo “orientadas para o eterno” (p. 11), estão exemplificadas “nas feiras e nos circos” (p. 11).

Retomo, neste ponto da reflexão, a relação das heterotopias com a linguagem. Se podemos, como afirmamos acima, pensar a linguagem como um espaço fundante – uma heterotopia –, talvez possamos, também, pensar a relação entre heterotopia e heterocronia como parcelas de tempo-e-lugar que servem para dar uma arquitetura ao texto. Sendo a linguagem o espaço que se relaciona com todos os espaços, o texto e as suas articulações podem ser vistos como construções de tempo-e-lugar por meio das quais algo do sentido se materializa e se produz segundo uma ordem histórica.

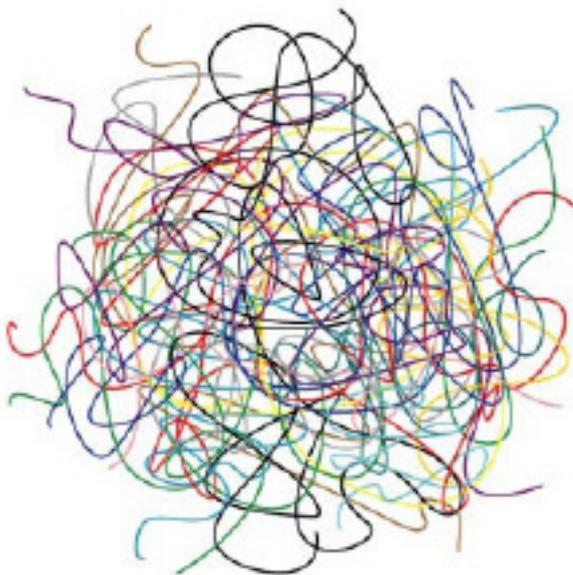
Um exemplo a partir de um texto jornalístico

A seguir, procuro mostrar, com um exemplo, como essas parcelas de tempo-e-lugar estão presentes na vida diária. Utilizo, para tanto, uma coluna de jornal, intitulada “Treze Linhas”, escrita pelo articulista Júlio Vasconcelos e publicada no caderno Mercado da *Folha de S.Paulo* de 29/3/2012, p. B-10.

Nesse texto, o autor explora as novas relações com o espaço que o homem das grandes metrópoles vivencia hoje. Cita o exemplo da invenção, por Harry Beck,

intimamente ligada à heterocronia. Implicando contenção e redução, realiza-se para o usuário uma experiência particular, produzindo o efeito de apequenar tempo-e-espço, quase que neutralizando-os como extensão e duração.³

Vale retomar, nas observações finais sobre esse exemplo, a afirmação de Foucault de que “a ansiedade da nossa época tem a ver fundamentalmente com o espaço, muito mais do que com o tempo” (p. 3). E não se trata de um *slogan*. Com o efeito de neutralização da extensão e da duração, efeito da racionalidade urbana exemplificada no mapa de metrô, convive a real experiência do usuário desse transporte em sua relação com os vários espaços urbanos. Ilustra a afirmação de Foucault a tela do artista plástico inglês David Shrigley, que criou, em 2006, o mapa de Shrigley, tela que, dialogando com o mapa do metrô de Beck, comenta-o, ao recuperar a perspectiva da experiência do sujeito, testemunhando o caos do mesmo metrô de Londres:



David Shrigley. O mapa de Shrigley.

<<http://www.creativereview.co.uk/cr-blog/2006/august/what-would-harry-beck-say>>

3 - É interessante observar que os usuários do metrô de São Paulo, em 2012, embora experimentando situações-limite de lotação e falta de conforto, ainda consideram o metrô o melhor meio de transporte. Seria o caso de se questionar se essa avaliação positiva deve-se apenas à comparação com os outros lugares de transporte urbano que a metrópole oferece, ou se está ligada, também, ao efeito de neutralização da relação com o tempo-e-espço experienciada nesse lugar de transporte.

Por fim, faço uma última observação sobre os mapas de Beck e de Shrigley, por meio de um breve exercício de observá-los como enunciados concretos. Segundo Voloshinov/Bakhtin (1926, s.d.), um enunciado concreto caracteriza-se, entre outras coisas, por apresentar, além de seu aspecto verbal (ou verbo-visual), um aspecto extraverbal. No caso do mapa de Beck, podemos dizer que estamos diante de um enunciado concreto, dado que o enunciado verbo-visual que se apresenta aos usuários do metrô não ganha seu sentido apenas pelas linhas retas, cores, pontos e nomes das estações. A representação algorítmica de Beck tem o efeito de inaugurar uma nova relação com o espaço. Nessa representação, o extraverbal que acompanha a leitura do usuário do metrô atua em função do horizonte espacial em que o usuário se situa: o mergulho no subterrâneo da cidade, as estações com seus lugares de passagem, suas catracas, sua desejada praticidade de locomoção, suas sinalizações, seus relógios e, sobretudo, a direção e o ponto a ser alcançado. Mas também: a partilha das direções com outros usuários, a ocupação desse outro lugar, o próprio trem, o comportamento das pessoas no vagão, a sinalização sonora e/ou verbal da chegada e da partida – todos esses são elementos que compõem o horizonte espacial comum a todos os usuários do metrô e leitores do mapa. O presumido social que fala nesse mapa é o conjunto de efeitos de um modo de ser social que ele materializa: praticidade, objetividade, agilidade, premência do tempo, atalhamento do espaço, eficiência, efeitos associados a uma dupla redução: do tempo a espaço e do espaço a tempo, ou seja, apagamento da duração pelo apagamento da representação geográfica do espaço. Já no comentário presente no mapa de Shrigley, a reposição do caos nesse ambiente de comunicação e locomoção eficazes tem o efeito de lidar com o presumido social da racionalidade urbana, utilizando-o como matéria de criação de seu trabalho estético, de modo a contrapor o ideal de eficiência à experiência concreta dos sujeitos com relação a esse suposto espaço de racionalidade.

Temporalidade e espacialidade: perspectiva histórico-discursiva do tempo e do espaço no ensino da escrita

Feito esse breve apanhado de anotações teóricas sobre a noção de espaço, retomo o paralelo que me serviu de ponto de partida para explorar a noção de espaço, a saber, a divisão benvenistiana de “tempo físico, crônico e lingüístico” (BENVENISTE, 1989, p. 68-80) e sua possível aproximação à noção de espaço. Esse paralelo ficou, de certo modo, pontuado na exposição que acabo de fazer por meio da demarcação de três momentos, que ora retomo:

- 1) a percepção primária do espaço (espaços internos), vista em correspondência com as versões subjetivas do tempo físico e do tempo crônico propostas por Benveniste (1989);
- 2) a descrição dos espaços externos (espaços sociais) pela série de relações que definem cada sítio, o que poderia marcar uma homologia de função com o que Benveniste concebe como tempo crônico: espaço que estabelece centros e periferias, que permite ordenar direções e movimentos, que organiza o dia a dia, que se abre ao cálculo de distâncias, etc.;
- 3) a descrição das heterotopias (aproximativamente, espaços linguísticos), espaços outros que nos fazem ver o lugar que, de fato, ocupamos, ao apontarem para um espaço irreal, um ponto virtual que está em outra parte; cabendo, aqui, a aproximação da noção de heterotopia com a própria linguagem, que está, ao mesmo tempo, fora de si, lá onde dá uma existência particular aos sujeitos e ao mundo, lugar a partir do qual se refaz a si própria como espaço que, então, se transforma.

Estabelecidos esses referenciais, pode-se propor a relação entre a linguagem e a experiência humana do espaço como uma contribuição residual do texto “A linguagem e a experiência humana”, de Benveniste (1989). Estamos, até aqui, no âmbito da perspectiva pragmático-enunciativa.

Um último passo teórico é a busca da definição do espaço da perspectiva histórico-discursiva. Retomo, para tanto, a definição de tempo dessa mesma perspectiva, segundo a qual propus o tratamento do tempo em termos de temporalidades:

Consideradas as noções de *tempo lingüístico* e *tempo crônico* (BENVENISTE, 1989), as várias *temporalidades* podem, também, ser definidas como produtos de diferentes articulações entre essas duas noções. Isto significa dizer que, além de não se restringirem ao *tempo crônico*, as *temporalidades* mantêm uma relação oscilante com as datações que são sempre possíveis a partir do *tempo crônico*. Entretanto, registre-se que a flutuação decorrente das articulações entre *tempo lingüístico* e *tempo crônico*, embora heterogênea, não é livre; ela se sujeita, necessariamente, a coerções socioculturais e discursivas.

Na qualidade de produto direto da enunciação, o *tempo lingüístico* seria, portanto, um indicador da ordem temporal que, do exterior da língua, historiciza o dizer. Esse indicador, no entanto, pode

ser mais claramente percebido quando articulado a expressões que organizam o texto do ponto de vista temporal. Portanto, as referências aos diferentes calendários ou, mais especificamente, às diferentes e nem sempre precisas escansões culturais do tempo são percebidas no discurso como adesões a diferentes *temporalidades*, produzidas na articulação entre *tempo lingüístico* e as diversas percepções do *tempo crônico*.

Podemos, pois, examinar a materialização lingüística do tempo tanto na dimensão pragmático-enunciativa (noção de *tempo lingüístico*) quanto na dimensão histórico-discursiva (noção de *temporalidade*). Na primeira, temos a construção lingüística do tempo; na segunda, temos modos de apropriação histórico-discursiva da noção de tempo, marcos mais ou menos flutuantes da celebração da memória de uma coletividade – *temporalidades*, portanto. Eis, desse modo, delineada a relação entre ordem do texto e ordem da história. Mais propriamente, constata-se, de uma perspectiva discursiva, a presença da ordem da história na ordem do texto, cabendo a esta última materializar a articulação entre as dimensões pragmático-enunciativa e histórico-discursiva (CORRÊA, 2008, p. 79-80).

A fim de estabelecer um paralelismo com a definição de temporalidade, busco recuperar, ainda em Foucault, uma aproximação possível para a definição de espaço da perspectiva histórico-discursiva, à qual, para marcar essa perspectiva, nomeio “espacialidade”.

O paralelismo está, de certo modo, sugerido na observação de Foucault sobre a descrição das heterotopias ligadas a heterocronias. Proponho, pois, chamar espacialidade a relação com o espaço marcada pela íntima ligação entre tempo-e-espaço. Não se trata, portanto, nem propriamente de heterotopias “acumulativas de tempo” (p. 11), nem de heterotopias em sua “vertente mais transitória” (p. 11). Como ficou dito, sendo a linguagem o espaço que se relaciona com todos os espaços, a arquitetura do texto pode ser vista como construção de tempo-e-lugar, por meio da qual algo do sentido se materializa e é operado segundo uma ordem histórica.

Na qualidade de parcelas de tempo-e-lugar, as próprias articulações textuais podem ser vistas como heterotopias ligadas a heterocronias. Nesse sentido, os operadores textuais funcionam como heterotopias, pois remetem, ao mesmo tempo, para fora do texto – têm um valor semântico no processo de construção dos objetos de discurso – e para dentro dele, na medida em que a organização formal do texto fica exposta sempre que um dado operador textual é visto em sua relação com os outros. Dito de outro modo: a construção dos objetos de discurso aponta para um exterior não totalmente determinado, já que ele só pode ser ratificado – ou, para fazer uso de uma formulação de Bakhtin (1992), só pode ter acabamento de sentido – em função do outro. Nessa aventura do sentido, esse espaço exterior é

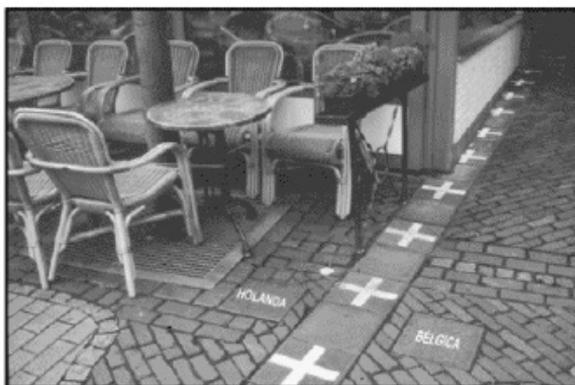
sempre, em alguma medida, desconhecido, e tem como correspondente, no espaço do texto (espaço do conhecido, do “real”), a exposição das articulações formais entre os operadores.

Vistos desse modo, os operadores textuais que atuam na organização do texto corresponderiam a heterotopias ligadas a heterocronias, por meio das quais se estabelecem degraus/seqüências do desenvolvimento temático. Isso, mesmo quando a pluralidade de tempos-espaços se dá pela coexistência, pela heterogeneidade, pela polifonia.

Heterotopias ligadas a heterocronias: modo de compreensão da organização de textos de pré-universitários

Neste ponto, busco mostrar a presença das heterotopias ligadas a heterocronias na produção da escrita e no seu ensino. No vestibular FUVEST de 2009, foi solicitado o desenvolvimento do tema “Fronteiras”. Foi o seguinte o enunciado da proposta:

REDAÇÃO



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Bearle-Nesseu_fron%CC%83%ADre_caf%CC%83%A9.jpg, 30/09/2008.

fronteira

substantivo feminino

- 1 parte extrema de uma área, região etc., a parte limítrofe de um espaço em relação a outro. Ex.: Havia patrulhas em toda a f.
- 2 o marco, a raia, a linha divisória entre duas áreas, regiões, estados, países etc.
Ex.: O rio servia de f. entre as duas fazendas.
- 3 *Derivação: por extensão de sentido.* o fim, o termo, o limite, especialmente do espaço. Ex.: Para a ciência, o céu não tem f.
- 4 *Derivação: sentido figurado.* o limite, o fim de algo de cunho abstrato.
Ex.: Havia chegado à f. da decência.

Fonte: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Adaptado.

As fronteiras geográficas são passíveis de contínua mobilidade, dependendo dos movimentos sociais e políticos de um ou mais grupos de pessoas.

Além do significado geográfico, físico, o termo “fronteira” é utilizado também em sentido figurado, especialmente, quando se refere a diferentes campos do conhecimento. Assim, existem fronteiras psicológicas, fronteiras do pensamento, da ciência, da linguagem etc.

Com base nas idéias sugeridas acima, escolha uma ou até duas delas, como tema, e redija uma dissertação em prosa, utilizando informações e argumentos que dêem consistência a seu ponto de vista.

Procure seguir estas instruções:

- Lembre-se de que a situação de produção de seu texto requer o uso da modalidade escrita culta da língua portuguesa.
- Dê um título para sua redação, que deverá ter entre 20 e 30 linhas.

Dessa proposta, cujo enunciado opunha dois significados do termo “fronteiras”, resultou uma massiva tematização da noção de espaço por meio da noção de território. Num conjunto de 100 (cem) textos analisados, a abordagem do tema solicitado recorrentemente caiu na noção de território em dois sentidos mais gerais: a) o território material (geográfico); e b) os territórios “imateriais” (do saber, das crenças, etc.), de certo modo indicados no enunciado da proposta de redação, na parte que em que esses dois significados para “fronteiras” eram contrapostos.

A investigação das heterotopias ligadas a heterocronias, ainda em andamento, tem permitido observar que as coordenadas fornecidas em relação ao tempo e ao espaço são uma constante nos textos produzidos pelos pré-universitários não apenas do ponto de vista do aqui/agora da enunciação, mas, também, da organização do texto por meio de expressões de tempo e de lugar, que se mostram como parcelas de tempo-e-espaço ao funcionarem como organizadoras do texto. Essas expressões que participam da organização do texto ultrapassam, porém, o aspecto pragmático-enunciativo do plano textual e contam uma história recuperável da perspectiva histórico-discursiva. Vejamos um exemplo:

Fronteiras são valores

Pensar fronteiras é pensar inconscientemente limites.

No entanto, **com o advento da mundialização e progressiva integração dos países**, essa idéia romper-se-á e isso revelará **um marco notadamente histórico em nossa civilização**.

Os limites territoriais tendem a ser superados: Holanda e Bélgica, cujos limites territoriais são marcados por cruzeiros em meio a uma mesma calçada são exemplos disso e quando há oceanos ou mesmo alguns quilômetros de distância, servindo de obstáculo a internet toma conta disso por nós.

A modernidade que se faz presente pressupõe acabar com “as fronteiras” em prol de desenvolvimento para suprir seus anseios. Isso é válido. Não obstante, vale resaltar o caráter ético de se estabelecerem limites. Clones humanos, por exemplo, são uma possibilidade para ciência mas afetam a religião e o conceito de vida.

As fronteiras, portanto, podem contribuir para o bem e para o mal, porém, mais do que maniqueísmo, devem servir de incentivo – mais do que a busca incessante de rompê-las – a ponto de instigarmos-nos para vencer obstáculos intransponíveis a priori. Eis aí o verdadeiro valor dos limites, fronteiras e barreiras.

A abordagem escolhida pelo pré-universitário não foge às características acima mencionadas. Orientando-se pelo enunciado da proposta, o escrevente aborda o tema das fronteiras, assumindo a noção de território em sua acepção material e “imaterial”. É verdade que a abordagem do território “imaterial”, presente, no caso, na ressalva que defende a manutenção dos limites éticos da ciência, aparece apenas marginalmente nesse texto, que se centra mais no elogio do desaparecimento do território geográfico na modernidade, na convivência pacífica sem fronteiras. Afóra essa ideia central defendida pelo texto e a ressalva sobre a necessidade de ética na ciência, há, também, menções, destacadas no texto, que buscam situar

as idéias defendidas no tempo e no espaço: “com o advento da mundialização e progressiva integração dos países”, “um marco notadamente histórico”, “em nossa civilização”, “A modernidade que se faz presente”.

Note-se que esse texto foge à organização formal, usual no gênero, que parte de um tempo remoto para o momento atual. É, ao contrário, da atualidade que ele se ocupa desde o início.

Um primeiro aspecto que gostaria de destacar é que, no texto, o tempo linguístico vem marcado, de início, pela referência à “nossa civilização”. Além dessa marca subjetiva, corroboram a presença do sujeito os julgamentos (“Isso é válido.”), as modalizações (“As fronteiras... devem servir de incentivo”) e, na sequência, uma vez mais, a marca inclusiva do sujeito (“a ponto de instigar-nos para vencer obstáculos intransponíveis”). Todas essas características e o julgamento final (“Eis aí o verdadeiro valor dos limites, fronteiras e barreiras.”) denunciam referências ao campo pragmático-enunciativo de onde o escrevente enuncia. Já nessa dimensão, pode-se observar como se constrói a figura do enunciador ao delinear e dividir com o enunciatário o espaço enunciativo que ele ocupa: “nossa sociedade”, “instigar-nos”.

Para chegar a uma abordagem do campo histórico-discursivo que atravessa essa formulação, vale retomar, no entanto, o modo como vêm organizados os argumentos em função de parcelas de tempo-e-espaço. Em: “com o advento da mundialização e progressiva integração dos países”, temos, por um lado, uma clara marcação do tempo, com um ponto inicial “o advento de” e a passagem do tempo “progressiva integração”. Por outro lado, os nós em torno dos quais o ponto inicial se situa e a passagem do tempo progride são referenciais espaciais, respectivamente: “a mundialização” e “os países”. No conceito de mundialização, pressupõe-se a ausência de fronteiras, ou seja, a ausência de divisão de espaços, reafirmada, na sequência, pela ideia de “integração”. Por sua vez, a referência a países retoma a ideia de território geográfico. Também em: “um marco notadamente histórico” “em nossa civilização”, a referência ao marco histórico (tempo) vem ligada ao conceito de civilização, para o qual se pressupõe uma conformação espacial afetada pela eliminação das fronteiras a partir daquele marco anteriormente mencionado: “mundialização” e “integração”. Com: “A modernidade que se faz presente”, estabelece-se, no texto, uma referência explícita à coincidência do tempo mencionado em terceira pessoa “a modernidade” com o momento da enunciação “se faz presente”. Note-se que o conceito de modernidade, retoma o de “mundialização” e o de “integração” e, portanto, o argumento da eliminação das fronteiras em favor do espaço ilimitado do mundo supostamente alcançado

pelo procedimento de integração dos países. Onde havia a experiência do território geográfico do país, passa-se a ter a experiência de um espaço quase utópico – e quase utópico porque, de fato, não é apenas de um espaço irreal que se fala, mas, ao mesmo tempo, de uma nova experiência de relação com o espaço.

Para retomar o exemplo do mapa de metrô de Beck, a experiência com o espaço referida pelo escrevente tem paralelo com a dos usuários do metrô ao utilizarem o tal mapa. “Mundialização”, “integração”, “modernidade” são remissões a tempos-e-espacos que usuários do metrô, estudantes pré-universitários e responsáveis pelas instituições de ensino experienciam em seu cotidiano. Heterotopias intimamente ligadas a heterocronias põem o espaço vivido em conexão com espaços outros, reais ou irrealis – de todo modo, idealizados –, em que as diferenças se apagam em favor de uma racionalidade. A favor do argumento utilizado no texto, está a defesa de valores, tais como a paz mundial, a eliminação das fronteiras, a convivência com as diferenças, etc. Contra ele, e nele embutido, estão: a) o suposto “diálogo aberto” sobre o domínio das tecnologias de fabricação de armas de letalidade massiva (e os diversos matizes da suposta defesa do território, por um lado, e da convivência pacífica, por outro); b) a desconsideração da proliferação de obstáculos (fronteiras) sempre novos que se apresentam na busca desse espaço idealizado; c) o apagamento das diferenças em favor de identidades vazias de alteridade, tudo girando em torno do sempiterno “homem moderno”. Há, pois, um aspecto histórico, uma primeira temporalidade, no modo como se tem construído os espaços (marcada na passagem, por exemplo, da representação geográfica para a representação algorítmica, no caso do mapa do metrô) e um outro, uma segunda temporalidade, diferente da primeira, na experiência concreta que o assim chamado homem moderno tem tido do espaço. Essa experiência contraditória em torno de diferentes construções de tempo-e-espaço só pode ser apreendida de uma perspectiva histórico-discursiva.

No que se refere ao ensino da escrita, não é de outra coisa – acredito – que Brian Street, ao retomar as questões do *modelo de letramento acadêmico* (LEA; STREET, 2006), fala ao mencionar os *aspectos ocultos do letramento acadêmico* (STREET, 2009). No caso do texto analisado, parece que o que se avalia é a capacidade de lidar com a contradição entre diferentes construções de tempo-e-espaço. Seria o caso de investigar, porém, se, em algum momento, os estudantes têm explicitada a relação contraditória entre o que poderia contar a favor e o que poderia contar contra o argumento defendido no texto. A chave moral com que o escrevente encerra o texto (mesmo alertado, e alertando, sobre o risco de maniqueísmo), parece indicar que não há explicitação dessa contradição: “As fronteiras, portanto, podem

contribuir para o bem e para o mal, porém, mais do que maniqueísmo, devem servir de incentivo – mais do que a busca incessante de rompê-las – a ponto de instigarmo-nos para vencer obstáculos intransponíveis a priori.” A vitória sobre os obstáculos referida nesse trecho remete à busca da relação com o espaço idealizado (quase utópico) deixada a cargo de cada um, caracterizando, desse modo, mais um argumento disciplinador do que, de fato, como se pretenderia, um argumento que historiciza o conflito (para o que a consideração crítica da contradição seria imprescindível). Para retomar o enunciado concreto que aí se realiza, parece que o escrevente conta, na avaliação a que se submete no exame vestibular, com o horizonte espacial comum da sala de aula, da estação do metrô e... da própria universidade promotora do vestibular. Se for esse o caso, seria apropriado, pensando em futuros desdobramentos da reflexão aqui proposta, perguntar: por que o escrevente continua a projetar sua argumentação sustentando-se no presumido social da idealização dos espaços e da responsabilização individual dos sujeitos, ambos implicados na menção à corrida de obstáculos?

Space and spatiality in written production in schools: the linguistic-discursive reflection in the teaching of writing

Abstract

This paper investigates the production of space (pragmatic-enunciative aspect) and spatiality (historic-discursive aspect) in a set of pre-university texts in an evaluation situation (college board exam). Based on the results obtained in the time construction study and temporality in this same set of texts, spatial references marked by linguistic resources are studied. These linguistic resources, gathered based on the organization of the text and considered a product of the writer's job with language, are delimited, in a voluntary or involuntary manner, in certain fragments of text that can be recognized in different dimensions of language: phonics (through spelling and punctuation), morphosyntactic, lexical, textual and discursive. The notion of text that sustains this analysis is based on the consideration that the text is a repository for historical marks of subject/language relations (for example, those related to written and oral practices) which, from the discursive perspective, may be registered by the actual presence or by the significant omissions and absences. In the qualitative analysis, notions of academic literacy (Lea & Street, 2006), of hidden aspects of literacy (Street, 2009) and social presumption (Voloshinov/Bakhtin, 1926: n/d) are considered as means to associate the ethnographic perspective to the discursive perspective. The objective is that the results contribute towards

the reinterpretation of written practices emphasized in school to also contribute towards linguistic-discursive reflection in the teaching of writing at the various levels of education.

Keywords: Space. Spatiality. Writing. Pre-university. Teaching.

Espace et spatialité dans la production écrite scolaire : la réflexion linguistique-discursive dans l'enseignement de l'écriture

Résumé

Ce travail étudie la production de l'espace (aspect pragmatique-enonciatif) et des spatialités (aspect historique-discursif) dans un ensemble de textes de pré-universitaires en situation d'évaluation (concours d'entrée à l'université). Partant des résultats obtenus dans l'étude de la construction du temps et de la (des) temporalité(s) dans ce même ensemble de textes, on étudie les références spatiales marqués par des recours linguistiques. Ces recours linguistiques, captés à la base de l'organisation du texte et considérés comme produit du travail de l'écrivain avec le langage, viennent délimités, de façon volontaire ou involontaire, en certains fragments de texte. La notion de texte qui soutient cette analyse se base sur la considération de ce que le texte est un réceptacle de marques historiques de la relation sujet/langage (par exemple, celles relationnées aux pratiques écrites et orales, qui, de la perspective discursive, peuvent être registrées soit par la présence effective soit par des omissions et absences significatives. Dans l'analyse, de nature qualitative, sont considérées les notions de littéracie académique (LEA ; STREET, 2006), d'aspects occultes de la littéracie (STREET, 2009) et de présumé social (VOLOSHINOV/BAKHTIN, 1926 : s/d) comme des modes d'associer la perspective ethnographique à la perspective discursive. Le but est que les résultats contribuent pour la réinterprétation des pratiques d'écriture mises en relief à l'école, de manière à contribuer aussi pour la réflexion linguistique-discursive dans l'enseignement de l'écriture aux divers niveaux de l'enseignement.

Mots-clés : Espace. Spatialité. Écriture. Pré-universitaires. Enseignement.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1976. p. 284-293.

BENVENISTE, Émile. A linguagem e a experiência humana. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de lingüística geral II**. Campinas, SP: Pontes; Ed. da Unicamp, 1988. p. 68-80 e 81-90.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Arranjos referenciais de tempo em textos de pré-universitários: letramento e oralidade. **Gragoatá** (UFF), v. 25, p. 75-93, 2008.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Temporalidades e treinamento escolar em textos de pré-universitários. **Scripta** (PUC Minas), v. 13, p. 245-261, 2010a.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Introdução. Reflexões sobre o trabalho de Bakhtin e sua relação com o ensino da escrita. In: OSORIO, Ester Myriam Rojas (Org.). **Mikhail Bakhtin: cultura e vida**. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, v. 1, 2010b. p. 11-20

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. A presença do modo de transmissão oral do saber na escrita de pré-universitários. In: MARÇALO, Maria João; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; ESTEVES, Elisa; FONSECA, Maria do Céu; GONÇALVES, Olga; VILELA, Ana Luísa; SILVA, Ana Alexandra (Org.). **Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas**. Évora, (PT): Universidade de Évora, (PT), 2010c, v. único. p. 150-159.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Tempo e temporalidade em textos de pré-universitários: distinções úteis à formação de professores. In: **Letramento, discurso e trabalho docente** (uma homenagem a Angela Kleiman). Vinhedo, SP: Horizonte, 2010d. p. 143-157.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Encontros entre prática e pesquisa de ensino: oralidade e letramento no ensino da escrita. **Perspectiva** (UFSC), v. 1, p. 625-648, 2011a.

FOUCAULT, Michel. De outros espaços. Conferência proferida no Cercle d'Études Architecturales, em 1403/1967-2005. Tradução de Pedro Moura, do original publicado em *Diacritics*; 16.1, Primavera/1986. Tradução publicada originalmente: 1998-index3. Versão revista: 11 fev. 2005. Disponível em: <http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html>.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

LEA, Mary R.; STREET, Brian V. The « Academic Literacies » model : theory and applications. **Theory into practice**, 45: 4, p. 368-377, 2006.

SERRANI, Silvana. (Org.). **Letramento, discurso e trabalho docente** (uma homenagem a Angela Kleiman). Vinhedo, SP: Editora Horizonte, 2010.

STREET, Brian V. “Hidden” features of academic paper writing. **Working Papers in Educational Linguistics**, 24/1, p. 1-17, 2009.

VASCONCELOS, Júlio. Treze Linhas, **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2012. Mercado, p. B-10.

VOLOSHINOV, V. N. / BAKHTIN, M. M. “Discurso na vida e discurso na arte (sobre poética sociológica)”. Trad. para uso didático da versão inglesa de 1976: Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, s/d. Texto originalmente publicado em russo, em 1926.